

Dá 4 anos, diz Ulysses; parlamentaristas contam 292 votos

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O computador em que a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) armazena as tendências dos constituintes a respeito do sistema de governo registrou ontem 292 votos certos a favor do parlamentarismo, 12 a mais do que a maioria absoluta exigida para aprovação de qualquer item da futura Constituição. Pouco antes de Sandra fechar suas contas, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, disse ao prefeito de Jundiá (SP), André Benassi, que "salvo uma grande surpresa, vai dar quatro anos" (de mandato para o presidente José Sarney).

Esse era o cenário desenhado ontem, no plenário do Congresso constituinte, em torno das duas votações fundamentais previstas para a próxima semana, o mandato do atual presidente e o futuro sistema de governo.

Na questão do mandato, a tendência quatroanista ficava evidente nas avaliações de dois líderes opostos. "Se fosse hoje a votação, eu apostaria tranquilamente na vitória dos quatro anos com 350 votos", disse à Folha o senador quatroanista Mário Covas (SP), líder do PMDB no Senado. Nas fileiras cincoanistas, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), preferia sair pela tangente com velha frase da política mineira: "Em votação e mineração,

só se sabe o resultado depois da apuração."

Mas outro cincoanista convicto, o paulista Del Bosco Amáral (PMDB-Centão), não esconde: "A coisa caminha para os quatro anos. Só muda se o governo adotar medidas exemplares contra a corrupção. Prisões administrativas, por exemplo."

Parlamentarismo

Já na questão do sistema de governo, as avaliações pessoais são menos definitivas, a não ser nos computadores de Sandra Cavalcanti, mas há um consenso de que o parlamentarismo cresceu muito nas últimas semanas. Cresceu mais nas últimas horas, em função da crise no governo em torno da modificação da política salarial para o funcionalismo público federal.

O levantamento de Sandra Cavalcanti é, de qualquer forma, o mais confiável, pelo rigor com que a deputada faz a sua listagem. Ela divide os constituintes em cinco categorias: parlamentaristas firmes, presidencialistas firmes, de tendência parlamentarista, de tendência presidencialista e indefinidos. E só inclui como parlamentaristas firmes aqueles votos sobre os quais não há a menor dúvida.

Exemplo desse rigor é o caso do deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), parlamentarista convicto que passou as últimas cinco semanas insistindo com Sandra Cavalcanti

para passar de "tendência parlamentarista" para "parlamentarista firme" e só ontem conseguiu.

A dúvida a respeito do sistema de governo é saber que tipo de parlamentarismo acabará obtendo a maioria absoluta dos votos, se de fato a tendência for a que os computadores de Sandra apontam. O mecanismo de votação será o seguinte: primeiro, vota-se a proposta presidencialista clássica. Aprovada, fica inscrita no texto final, como é óbvio, a menos que haja mudança no segundo turno. Rejeitada, vota-se a proposta parlamentarista mais ou menos pura, formulada por Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Vale o mesmo raciocínio: aprovada, fica. Rejeitada, cria-se um "buraco negro", que permitiria a apresentação de emenda produto de fusão de várias outras, o que abriria espaço para o que está sendo chamado de "parlamentarismo presidencializado" ou "presidencialismo parlamentarizado". Na prática é muito mais presidencialista do que parlamentarista.

Resolvida essa etapa, que fará parte das disposições permanentes, ficará para as disposições transitórias — última parte a ser votada — a fixação da data de entrada em vigor do parlamentarismo. Essa data vai depender menos do tecnicismo das emendas e mais das condições políticas e do estado de saúde do governo na hora de se votar as disposições transitórias.



Milton Reis, ao centro, pesquisa no plenário sobre duração do mandato e sistema de governo

Planalto nomeia Thales assessor para negociar com a Constituinte

Do enviado especial a Brasília

"Eu não tenho adverbios no Congresso e vou conversar com todos." Foi essa a primeira colocação que o ex-deputado federal e atual ministro do Tribunal de Contas da União, Thales Ramalho, 64, fez ao presidente José Sarney, ao ser convidado para o cargo de assessor especial da Presidência da República, função que assumirá na próxima semana.

A frase de Thales — repetida ontem à Folha no Palácio do Planalto — e a confirmação do convite, apesar dela, indicam que o governo federal decidiu abrir conversações com o Congresso constituinte, depois de tê-lo metralhado sistematicamente, a ponto de ameaçar recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma eventual redução do mandato presidencial para quatro anos.

Conversações não significam, necessariamente, negociações, como fez questão de distinguir, ontem, o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara. Perguntado se a nomeação de Thales significava o desejo do governo de negociar com a Constituinte, Lourenço respondeu: "Negociações, não sei, mas conversações vai haver muitas."

Mesmo que não tivesse colocado como pré-condição a liberdade para "conversar com todos", a simples designação de Thales, um conciliador por natureza, já sinalizou, para os constituintes, a intenção do Planalto de trocar o tiroeteio pela conversação com a Constituinte.

"Parece que o governo cansou de brigar e resolveu conversar", diz o senador José Richa (PMDB-PR). "Parece a pessedização do governo", reforça o senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL, em alusão à origem partidária de Thales, o extinto PSD, partido caracterizado pela negociação e pela conciliação políticas.

"Ele deve levar uma boa palavra

ao governo", acha Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados, depois de muito hesitar entre as palavras "deve levar" e "boa".

"Ao Pé do Rádio"

Boa parte dos constituintes prefere, antes de atribuir intenções conciliadoras ao governo com a nomeação de Thales Ramalho, esperar a "Conversa ao Pé do Rádio" de hoje, o programa semanal que Sarney usou, nas últimas três semanas, para fugitar a Constituinte.

Só Ulysses Guimarães aventurou-se a imaginar que Sarney preferira, hoje, falar de temas econômicos. "A ninguém interessa o tiroeteio entre o Executivo e a Constituinte", diz Ulysses, dando a entender ter recebido sinais de que o Planalto não vai insistir na ofensiva contra o Parlamento.

O senador José Richa prefere encontrar outra razão para um eventual arrefecimento dos ataques à Constituinte por parte de Sarney. "Os ataques caíram no vazio. Insistir neles é bobagem, embora homens como o ministro Antônio Carlos Magalhães continuem preferindo o confronto à conciliação", acha o senador paranaense.

A nomeação de Thales não esgota os sinais de que o Palácio do Planalto pode trocar o ataque pela conversa: dois constituintes que costumam dialogar regularmente com o presidente da República (o senador Afonso Arinos, do PFL-RJ, e o deputado Bonifácio de Andrada, do PDS-MG) procuraram o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, para propor uma negociação com vistas à aceitação, pelo PDT, de uma fórmula parlamentarista mitigada.

Trata-se na essência, da proposta do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), preparada pelo jurista Miguel Reale Junior, assessor de Ulysses. Por ela, o primeiro-ministro é apenas o coordenador do governo, homem de confiança do

presidente e não do Parlamento, ao contrário do que ocorre no parlamentarismo clássico.

O ex-governador Leonel Brizola, presidente nacional do PDT, furioso presidencialista, aceitou a idéia de se negociar o chamado "presidencialismo parlamentarizado".

Não há, entretanto, confirmação das partes de que a proposta de se negociar essa fórmula tenha partido do Planalto.

De qualquer forma, o governador de Goiás, Henrique Santillo (PMDB), ouviu ontem, de Ulysses Guimarães, a avaliação de que há interesse das duas partes — Executivo e Constituinte — em pôr fim ao que o próprio Ulysses chama de "tiroeteio".

Falência da liderança

Já o deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), um dos homens de Ulysses, prefere outra explicação, a seu ver muito mais forte, para o convite do governo a Thales Ramalho: "É sinal da desmoralização das lideranças do governo no Congresso constituinte", diz Genebaldo.

A reação do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), só reforça a avaliação de Genebaldo. Perguntado ontem sobre a indicação de Thales, Sant'Anna deu uma resposta seca e irritada: "Não tenho confirmação da notícia. Nem da veracidade dela."

Seja como for, a nomeação de Thales, se é para negociar, chega tarde ao menos em relação à votação, nas disposições permanentes, do mandato e do sistema de governo, porque ele só assume na semana em que os dois temas estarão sendo votados. Pode servir para o futuro, ou para as disposições transitórias (nas quais se fixa definitivamente o mandato de Sarney), última parte a ser votada, ou para a transição entre o atual e o futuro governo. (CR)

Movimento pelas 'diretas' realiza hoje manifestações em todo o país

Das Sucursais, dos Correspondentes e da Redação

Mandato

Por que quatro anos x Por que cinco anos

O Comitê Nacional Pró-Diretas 88 realiza hoje, em todo o país, a partir das 16h, manifestações em favor de eleição para presidente da República este ano. O "Dia da Advertência" está sendo coordenado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

São Paulo — As 16h começa o "barulhão" em vários pontos da cidade. As 18h será executado o Hino Nacional, no largo São Francisco (centro), onde está marcado ato público. No ABC (região sudeste da Grande São Paulo), haverá ato público na praça da matriz, às 17h, seguido de passeata até o Paço Municipal. Na praça do Carmo (centro de Santo André) haverá um "barulhão" às 16h, saindo em seguida uma caravana de carros em direção a São Bernardo.

Brasília — A OAB-DF irá acender uma pira, como símbolo da campanha pelas diretas este ano. A chama deve ficar acesa até que o Congresso constituinte fixe em quatro anos o mandato do presidente José Sarney.

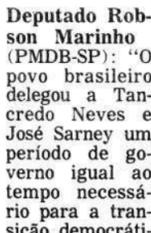
Rio de Janeiro — As 18h haverá "barulhão" na praça Quinze de Novembro, na Cinelândia e na Central do Brasil (zona central da cidade). As 19h, haverá ato público no Clube de Engenharia.

Porto Alegre — Estão marcadas passeatas até a "esquina democrática". A OAB-RS promoverá a tarde um ato político em sua sede.

São Luis — Ato público a partir das 16h na praça Deodoro (centro).

Aracaju — Manifestação no calçadão da rua João Pessoa (centro), às 16h.

Goiania — O Comitê Pró-Diretas de Goiás espera levar 500 carros e motos e mais de 2 mil pessoas às ruas em Goiania. A "carreata" começa às 16h na praça Universitária



Deputado Robson Marinho (PMDB-SP): "O povo brasileiro delegou a Tancredo Neves e José Sarney um período de governo igual ao tempo necessário para a transição democrática. Tancredo já dizia que menos de quatro anos era pouco e, mais, excessivo. Portanto, promulgada a Constituição, conclui-se a transição do autoritarismo para a democracia e, em seguida, deve-se marcar eleições para a disputa do poder."



Senador Sal-danha Derzi (PMDB-MS): "Sou parlamentar desde 1954, sempre a favor do mandato de cinco anos. O período de quatro anos é pequeno e o de seis, excessivo. A Sistematização fixou cinco anos para os futuros presidentes, então por que tirar dois anos de Sarney? Ele abriu mão de um ano porque também acha o mandato de cinco anos ideal. Eleição este ano é uma loucura nesta desorganização econômica."

ria e deve acabar às 18h na praça do Bandeirante (centro), onde será realizado um "barulhão".

Cuiabá — As 30 entidades que organizam o "Dia do Basta" esperam reunir 10 mil pessoas na praça da República, centro, às 17h.

Curitiba — Concentração marcada para as 16h na praça Santos Andrade e passeata a partir das 17h até a Boca Maldita, centro da cidade.

Vitória — Manifestação marcada para as 17h manifestação em frente ao Palácio Anchieta, sede do governo. A sede da OAB também planejou uma sessão de protesto às 16h.

Maceió — Haverá concentração a partir das 16h, em frente a sede da OAB-AL, na praça do Montepio, centro de Maceió. Está prevista passeata passando pela praça dos Martírios, onde está localizada a sede do governo.

Salvador — A banda "Olodum" deve abrir às 16h30 passeata do Campo Grande até a praça Municipal (centro). Ontem pela manhã o secretário do governo baiano, Carlos Meirelles (PMDB), conclamou, num programa de TV, as donas-de-casa a se unirem à passeata.

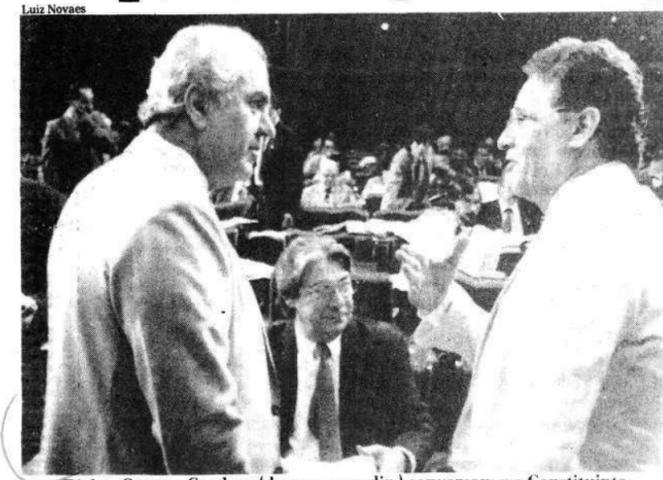
Teresina — Passeata a partir das 18h, da praça Rio Branco à praça Pedro 2º, no centro da cidade.

Recife — A partir das 14h começa a concentração na faculdade de Direito do Recife (centro), de onde parte uma passeata às 16h até a praça da Independência.

Belo Horizonte — Concentrações na praça Sete (centro), praça da Assembléia e praça da Liberdade, onde fica o Palácio do Governo. Os manifestantes pretendem dar as mãos num cerco ao Palácio da Liberdade, às 17h. Em seguida, haverá passeata até a praça Sete.

Deputado perde apoio de 'históricos' no presidencialismo

Do enviado especial a Brasília



Richa, Covas e Cardoso (da esq. para dir.) conversam na Constituinte

O grupo chamado "históricos" do PMDB, em inúmeras conversas informais nos últimos dias, decidiu não apoiar a candidatura do deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido, à Presidência da República, na hipótese de ser mantido o sistema presidencialista de governo. Se vingar o parlamentarismo, entretanto, Ulysses pode ter o apoio do grupo para presidente, na medida em que o poder real ficará com o primeiro-ministro.

Entre os membros dos "históricos", estão pesos-pesados do PMDB, como os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), Mário Covas (SP) e José Richa (PR), o deputado Euclides Scalco (PR) e o ex-governador de São Paulo André Franco Montoro. Montoro, aliás, é candidato a candidato à Presidência, seja no

presidencialismo, seja no parlamentarismo, e tem promessa de apoio de Covas e Fernando Henrique.

Campanha

Indiferente ao veto informal dos "históricos", Ulysses está em virtual campanha eleitoral, a julgar pela informação do deputado José Geraldo (PMDB-MG): o deputado mineiro conta que, segundo lhe informou o governador Newton Cardoso, Ulysses chamou Cardoso para conversar, em Brasília, para "discutir o candidato a vice-presidente na chapa de Ulysses". A conversa deveria ter ocorrido anteontem, mas o governador mineiro cancelou a viagem a Brasília, deixando o encontro com Ulysses para outra ocasião.

José Geraldo diz, também, que, embora "ainda" favorável aos cinco anos de mandato para o presidente

José Sarney, Newton Cardoso já se prepara para a hipótese de as eleições presidenciais se realizarem este ano.

É tão visível o empenho de Ulysses em disputar a Presidência, no presidencialismo, ou ficar como primeiro-ministro, se aprovado o parlamentarismo, que ele recebeu ontem, de constituintes que não se identificaram, dois bilhetinhos com versos improvisados, ambos alusivos à candidatura. Um deles diz: "O Ulysses não tem cabelo/mas não há o que o esquente/faça sol ou faça chuva/ele quer ser presidente".

PFL

Não é só no PMDB que as candidaturas presidenciais já são discutidas abertamente. No PFL, depois da conversa de algumas de suas lideranças com o empresário Antônio Ermirio de Moraes, na

terça-feira, houve uma avaliação informal a respeito das possibilidades de fixar Ermirio como candidato do partido. Resultado da sondagem junto aos constituintes pefelistas: eles só aceitam Ermirio como candidato na hipótese de o empresário filiar-se ao PFL, em vez de preferir, por exemplo, o PTB.

A movimentação em torno de Ermirio contagia outras áreas partidárias: os quatro deputados e um senador que trocaram ontem o PMDB pelo PTB já avisaram a cúpula nacional do PFL que vão procurar Ermirio para saber se sua disposição para candidatar-se ou não à Presidência. A avaliação do PFL é a de que a troca de legenda operada pelo cinco constituintes está embasada no desejo de procurar um candidato presidencial que lhes seja mais conveniente. (CR)